



Anais da Assembléia

N.º 128

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 1976.

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 193ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 1976
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Lúcio Machado, secretariada pelos Srs. Deputados Otássio Pereira e Maurício Fruet.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Lúcio Machado) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja apreciado em regime de urgência o Projeto de Lei número 94/76, que integra no Plano Rodoviário Estadual, em caráter prioritário, a construção e pavimentação de uma estrada ligando os municípios de Capanema, Capitão Leônidas Marques e Cascavel, passando pelos distritos de Santa Lúcia, Alvorada do Oeste, Cielito, Santa Maria e Santa Tereza.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer, na forma regimental, a inserção em Ata de um voto de regozijo pelo transcurso, em data de hoje, do 29 aniversário de emancipação política do Município de Rio Branco do Sul.

O Fato, deveras auspicioso, merece ser destacado especialmente pelo profundo significado que tem Rio Branco do Sul na economia paranaense. É que o seu solo é riquíssimo em minérios tem sido o suporte, há anos, do desenvolvimento acentuado da construção civil, que, no Paraná, vem alcançando níveis exce-

lentes pela abundância de cimento e cal, notadamente.

Pede-se também, que da decisão da Casa se dê ciência ao Prefeito Municipal e Câmara dos Vereadores de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1976.

(a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer, na forma regimental, a inserção em ata de um voto de regozijo pelo transcurso, na última sexta-feira, dia 08 de outubro, do 64.º aniversário do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Os serviços contra incêndios, em Curitiba, tiveram início com uma sociedade de bombeiros voluntários. Era a "Sociedade Teuto-Brasileira de Bombeiros Voluntários", fundada em 1897, que tinha por objetivo primordial "oferecer voluntariamente e na possibilidade de seus recursos os meios para a extinção de incêndios, evitar sua propagação aos prédios vizinhos dos sinistrados e promover a salvação física e material dos que fossem vitimados por esse elemento destruidor que é o fogo".

Desde 1882, com a lei provincial número 679, vinham sendo adotadas providências legislativas visando dotar Curitiba de um Corpo de Bombeiros. Assim, em 1895, na lei orçamentária, autoriza-se a criação, no Regimento de Segurança do Estado, a ele anexo, de uma Secção de Bombeiros. Posteriormente, já no atual século, renova-se a mencionada autorização através da Lei número 621, de 08 de março de 1906, fixando mesmo o efetivo da Companhia de Bombeiros em cem homens. Seguem-se ainda, as Leis números 753, e 854, de 1906 e 1909, respectivamente, sendo que o segundo diploma legal torna permanente a autorização ao Governo no sentido de criar-se uma Secção de Bombeiros.

Contudo, a efetiva criação do Corpo de Bombeiros, na capital paranaense, só veio a ocorrer pela sanção, no Governo de Carlos Cavalcanti de Albuquerque, da Lei 1.133, de 23 de março de 1912.

E, a Ordem do Dia número 1 foi baixada em 08 de outubro de 1912, pelo seu primeiro Comandante, que foi o Major Fabriciano do Rego Barros, cuja memória esta Assembléia Legislativa recentemente homenageou, declara dar início à organização do "Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná", em cumprimento à lei que criou a Corporação.

A partir daí, o Corpo de Bombeiros, hoje em descentralização na capital e interiorizado no Estado, na sua diuturna missão de preservar a vida e o patrimônio, tem prestado relevantes e inestimáveis serviços à comunidade, algumas vezes até com o sacrifício de seus valorosos integrantes. Com muita propriedade, Herbert Munhoz Va Erven, em seu livro "Bombeiros do Paraná", assinala, a propósito, que "nunca decepcionou a corporação o povo ao qual pertence e que nela confia".

Não pode, pois, a Assembléia Legislativa, deixar de manifestar, nesta oportunidade, o seu regozijo pela efeméride, pois certo é que ao homenagear o Corpo de Bombeiros reproduz com fidelidade o verdadeiro sentimento do povo paranaense, que tanto deve à Corporação, pelo que tem feito e, principalmente, pelos homens que oferece em holocausto à segurança da vida e do patrimônio de todos os cidadãos.

Pede-se, outrossim, que da decisão do Plenário, se dê ciência ao Comandante do Corpo de Bombeiros do Estado do Pr.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1976.

(a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao titular da Secretaria dos Transportes protestando contra o monopólio da exploração dos serviços de transporte de passageiros.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

A recente concorrência aberta pelo Departamento de Estradas de Rodagem da Secretaria dos Transportes, cujos resultados favorecem a empresa VIAÇÃO GARCIA LTDA', nominando-a responsável pelo transporte de passageiros na linha direta IVAIPORÁ-CURITIBA, corrobora afirmativas nossas que respaldaram documento já aprovado por esta Assembléia, denunciando a existência do nefasto monopólio da exploração dos serviços de transporte de passageiros, neste Estado.

Tal ato administrativo posiciona-se com irônica resposta à nossa denúncia, quando proclamamos como inconcebível que também o setor de transporte coletivo seja monopolizado, seja explorado por uma única empresa.

Eis que salientamos no requerimento que apresentamos com data de 27 de setembro deste ano, que o ato é gerador da situação de descompromisso para com o usuário que se vê fatalmente obrigado a recorrer aos serviços prestados por uma única atendente, o que se constata nos percursos CURITIBA-PARANAVAÍ, LONDRINA-PARANAVAÍ e outros, explorados tão somente pela Viação Garcia Ltda.

Ficou ressaltado que o posicionamento de absolutismo na exploração dos transportes de passageiros nas citadas linhas, converte-se em flagrante desrespeito aos viajantes.

E tornamos a frisar que são públicas e notórias as costureiras queixas dos senhores passageiros contra o péssimo estado de conservação dos veículos, contra os constantes e vergonhosos descumprimentos dos horários, contra o desconforto e a insegurança.

Mas estas reclamações se perdem no vazio. São recebidas com desdém ou nunca são ouvidas. E o desrespeitado passageiro é obrigado a se valer de TÃO INQUALIFICÁVEIS SERVIÇOS, POR NÃO DISPOR DE OUTRA EMPRESA.

A FALTA DE CONCORRÊNCIA GERA O DESCASO DA VIAÇÃO GARCIA PARA COM AS PESSOAS QUE PRECISAM VIAJAR.

Justamente quando nos propomos a lutar pela concessão do direito para transporte de passageiros para outras empresas que ofereçam melhores serviços, somos surpreendidos pelos noticiários da imprensa, anunciando como uma dentre as duas vencedoras para explorar a linha direta CURITIBA-IVAIPORÁ, não menos que a todo-poderosa Viação Garcia Ltda. Realmente, "esta é uma empresa que vai para a frente".

Por trás dessa ironia, novamente a larga e aguda espada manejada por grupo econômico palacionamente resguardado, desce violentamente atingindo o dorso da economia, atingindo o peito do HOMEM, personalidade sempre decantada como objetivo principal do Governo.

Como pode uma Secretaria de Estado permitir que se perpetue este abuso, esta afronta ao paranaense? É necessário primeiro que a Viação Garcia, que presta péssimos serviços à nossa gente, atenda satisfatoriamente as linhas nas quais já detém a concessão oficial para exploração dos serviços, correspondendo às suas responsabilidades.

Lançamos veemente e indignado protesto contra este estado de coisas.

Estaremos sempre a postos para denunciar tais desmandos.

Esperamos assistir o cristalizar da seriedade, da sensatez, da perfeita conduta das autoridades responsáveis pela salvaguarda de nossas instituições e do real e salutar respeito ao HOMEM.

Findando, perguntamos: — Até quando o poderio econômico, assentado e detido por grupo monopolizador, continuará influenciando negativamente nas decisões, nas atitudes, nas diretrizes de nosso Governo?

O SR. PRESIDENTE — (Lúcio Machado) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assumo a tribuna hoje, apenas para trazer à apreciação da Casa, oralmente, dois requerimentos. O primeiro deles, diz respeito ao transcurso, hoje, do 29º aniversário de emancipação política do município de Rio Branco do Sul.

Destacar este fato, nada mais é do que fazer justiça a um dos mais progressistas municípios do Estado do Paraná e que vem emprestando, há muito tempo, notável contribuição à economia estadual, principalmente no que se relaciona à construção civil.

E outro requerimento, diz respeito ao transcurso, na última sexta-feira, dia 08, do 64º aniversário de criação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, que se deu através da Lei 1.133, de 11 de março de 1912. Todavia, a organização definitiva da corporação só se operou a 08 de outubro daquele mesmo ano, quando foi, pelo major Fabriciano do Rego Barros, baixada a primeira Ordem do Dia.

São essas duas proposições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que submeto à apreciação do egrégio Plenário. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Lúcio Machado) Concedo a palavra à Liderança da ARENA.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados.

Assisti na tarde de ontem, Sr. Presidente, às solenidades de inauguração da Rodovia PR-415, que liga a Capital do Estado à cidade e ao município de Piraquara.

Sr. Presidente, não poderia deixar de me referir ao acontecimento, notadamente quando, por questão de saúde, recolhido ao leito nos últimos dias, o Deputado representante de Piraquara, quando via realizado o seu grande sonho, não pôde estar presente aos acontecimentos.

E, ao fim da tarde de ontem, quando com outros parlamentares visitava o Deputado Leopoldo Jacomel, senti nele o desejo de, mesmo enfermo, deslocar-se hoje de sua residência para esta Assembléia Legislativa e, aqui, significar todo o seu contentamento por ver atendida uma velha aspiração de Piraquara, tendo sido ele sempre o portador das reivindicações daquela coletividade.

Prometi ao Deputado Leopoldo Jacomel que haveria de, em seu nome, desta tribuna, exercitando o dever de companheiro e amigo, em seu nome agradecer ao Poder Executivo a entrega da obra que interligou o último município da área metropolitana, por asfalto à Capital do Estado. E, ao significar o contentamento do representante de Piraquara, e ao registrar a alegria da população daquele município pelo evento, desejo, também em nome da bancada da Aliança Renovadora Nacional, expressar meus votos de pronto restabelecimento, votos que estão acompanhados de profundo desejo de voltarmos a ter, neste Plenário, e nesta Casa, a figura extraordinária do velho guerreiro João Leopoldo Jacomel, que aqui tem dado exemplo de lealdade à causa que sempre soube tão bem defender.

Ao eminente Deputado Leopoldo Jacomel, a quem devotamos muita amizade, os nossos votos de um pronto restabelecimento, para que possamos continuar nesta Casa a contar com o seu imprescindível trabalho em favor da gente brasileira que vive e mora neste Estado.

Sr. Presidente, que o registro que faço na pobreza da mi-

na argumentação, não se circunscreva ao Plenário desta Casa, porque o povo deveria conhecer detalhes do trabalho de cada um, em especial do trabalho quase que despercebido pela grande massa, desenvolvido neste Legislativo, ao longo dos anos, por aquele "decano", nesta Casa, que tem sabido primar pela lealdade, pelo companheirismo e, acima de tudo, tem sabido despertar no coração de todos nesta Casa, parlamentares ou funcionários, muita amizade, muita atenção, própria dos homens bem formados.

Muito obrigado, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Lúcio Machado) Concedo a palavra, por 15 minutos, à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro. (Pausa) Havendo declinado e não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 184/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 301/76, Mensagem 75/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de ALTO PARANÁ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 185/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 305/76, Mensagem 79/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de UNIFLOR, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 186/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 311/76, Mensagem 85/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de COLORADO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 188/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 317/76, Mensagem 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Administração e o Município de APU-CARANA, objetivando reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR ALBERTO SANTOS DUMONT, do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 189/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 318/76, Mensagem 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ASTORGA, objetivando reparos em próprios do Estado, naquela Comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 190/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 319/76, Mensagem 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Balsa Nova, objetivando reparos nos prédios que especifica, localizados naquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 192/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 325/76, Mensagem 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração e o Município de PATO BRANCO, objetivando reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR PROFESSOR AGOSTINHO PEREIRA, do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 194/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 188/76, Mensagem 39/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de SIQUEIRA CAMPOS, objetivando execução de melhorias no prédio do GINÁSIO ESTADUAL, da sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 195/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 191/76, Mensagem 51/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública e Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, e o Município de FÊNIX, objetivando construção de prédio destinado à DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, no referido Município. Parecer favorável da C.C.J. por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 196/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 196/76, Mensagem 56/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PORTO RICO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 197/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 220/76, Mensagem 70/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de BORRÁZÓPOLIS, objetivando o fornecimento de equipamento para a DELEGACIA DE POLÍCIA local, conforme especifica. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 198/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 223/76, Mensagem 70/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de WENCESLAU BRAZ, objetivando fornecimento de equipamentos para a DELEGACIA DE POLÍCIA local, conforme especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (Lúcio Machado) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei número 94/76. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 64º aniversário do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso em data de hoje, do 29º aniversário de emancipação política do Município de Rio Branco do Sul. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, protestando contra o monopólio da exploração dos serviços de transportes de passageiros na linha direta Ivaiporã - Curitiba. — EM DISCUSSÃO.

O SR. IVO THOMAZONI — Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — (Lúcio Machado) Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. IVO THOMAZONI — Declino.

O SR. PRESIDENTE — (Lúcio Machado) Adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 186/75.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 547/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8360, de 24 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

indicar o funcionário VALTER ANTONIO MARCHIORATO, matrícula número 366, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Contabilistas, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para participar do 2.º CON-CON (2.ª CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DO PARANÁ, 2.º CONGRESSO DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARANÁ), a ser realizado nesta Capital, de 18 a 23 de outubro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de outubro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

PORTARIA N.º 548/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8620, de 04 de outubro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

designar JOÃO FELIPE CHAVES LOUREIRO, matrícula número 046, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da 2.ª Secretaria, no período compreendido entre 01 de outubro a 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de outubro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA N.º 549/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8751, de 05 de outubro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a LINDAMIR EDIL CARAN, matrícula número 510, ocupante do cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1975, a partir de 05 de outubro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de outubro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA N.º 550/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8722, de 05 de outubro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a MARIA LIDIA RATZK, matrícula número 539, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 01 de outubro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de outubro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA OITAVA LEGISLATURA COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDO DO "ESTATUTO DO MAGISTÉRIO"

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de hum mil novecentos e setenta e seis, às dezesseis horas, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão Especial para Estudo do ESTATUTO DO MAGISTÉRIO, sob a presidência do Deputado Jorge Sato, e a presença dos Srs. Deputados: Basílio Zanusso, Gilberto Carvalho e Muggiati Filho. Especialmente convidados, compareceram os Deputados Accioly Neto e Osvaldo Macedo, e as Professoras Ivete Cardoso de Almeida e Gilda Riegler, Assessoras Técnicas da Secretaria de Educação e Cultura. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos com a leitura e aprovação da ata anterior. A seguir, o Sr. Presidente passou a palavra ao Deputado Gilberto Carvalho - Relator, para que emitisse seu Parecer sobre a matéria. O Deputado Gilberto Carvalho diz que estudou com atenção as emendas oferecidas ao Projeto em questão e que gostaria de discutí-las com os presentes, pedindo inclusive às Assessoras que opinem sobre o assunto. As emendas foram lidas e discutidas uma a uma, quando muitas opiniões foram oferecidas e muitas dúvidas dirimidas. Além das emendas, foram apreciados os dois Substitutivos oferecidos, um pelo Deputado Gabriel Sampaio e outro pelo Deputado Osvaldo Macedo. Finalizando o Deputado Gilberto Carvalho diz que foram acatadas pela Comissão, as emendas de números 4-8-9-10-12-14 e 18; sendo que as emendas de números 7-13-15 e 16 serão reestudadas e discutidas na próxima reunião. Tendo em vista a longa duração da reunião e os inúmeros assuntos discutidos, encontram-se anexadas a esta Ata as notas taquigráficas que retratam com absoluta fidelidade todos os debates mantidos entre os presentes, estando as mesmas, ao inteiro dispor dos interessados. O Sr. Presidente, encerrando, agradeceu a participação dos

presentes, convocando nova reunião para o dia trinta do corrente, logo após o encerramento da sessão plenária. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e por mim Secretária.

Sala das Comissões, em 28 de setembro de 1976.

(aa) JORGE SATO — Presidente

Elcy Silva Batista — Secretária

SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA
OITAVA LEGISLATURA
COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDO DO
“ESTATUTO DO MAGISTÉRIO”

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de hum mil novecentos e setenta e seis, às dez horas, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão Especial para Estudo do ESTATUTO DO MAGISTÉRIO, sob a presidência do Deputado Jorge Sato e a presença dos Srs. Deputados Muggiati Filho, Gilberto Carvalho, Basílio Zanusso, e Enéas Faria. Especialmente convidados pela Comissão, compareceram ainda os Srs. Deputados Ivo Thomazoni, líder da ARENA, Osvaldo Macedo, líder do MDB, Accioly Neto, Profa. Gilda Riegler, Assessora Técnica da Secretaria de Educação e Cultura; Professores Isaías Ogliari e Olien Zétola, da Associação dos Professores do Paraná e Professores Argemiro Karlin e Eliu Borges, da Associação dos Professores Licenciados do Paraná. Havendo número legal, foram iniciados os trabalhos com a leitura e aprovação da Ata anterior. A seguir, o Sr. Presidente congratula-se com os presentes, dizendo ser esta reunião de caráter informal, destinada apenas a estabelecer um diálogo entre o Legislativo e os representantes da classe do Magistério. O Prog. Argemiro agradece em nome de seus companheiros esta grande oportunidade e, de imediato, aborda problemas pertinentes à matéria, tais como: dar nova redação ao Artigo 118 e o problema da carga horária. Tendo em vista a diversificação de opiniões e os apartes oferecidos a cada tópico tratado, foi requisitado o Serviço de Taquigrafia desta Casa, para que ficassem registrados com maior fidelidade os assuntos discutidos em reunião. Assim sendo, encontram-se apenas a esta Ata, à disposição dos interessados — as notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu uma vez mais a participação dos presentes, encerrando a reunião, da qual, eu na qualidade de Secretária, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretária.

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 1976.

(a) JORGE SATO — Presidente

Elcy Silva Batista — Secretária

SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA
OITAVA LEGISLATURA
COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDO DO
ESTATUTO DO MAGISTÉRIO

Aos trinta dias do mês de setembro de hum mil novecentos e setenta e seis, às dezesseis horas, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão Especial para Estudo do Estatuto do Magistério, sob a presidência do Deputado Jorge Sato e a presença dos Srs. Deputados Muggiati Filho, Gilberto Carvalho e

Enéas Faria. Como convidado, compareceu o Deputado Accioly Neto. Havendo número legal foram abertos os trabalhos, com leitura e aprovação da ata anterior. A seguir, foi concedida a palavra ao Deputado Gilberto Carvalho, Relator da matéria, para que desse a conhecer o Substitutivo por ele elaborado. O Deputado Gilberto Carvalho propõe que se inicie a leitura a partir do Art. 50, pois é a partir deste que o Projeto sofreu emendas. Posta em votação a proposição foi aprovada. Os assuntos que mereceram maior destaque, foram os que se referem à remoção, lista tríplice e carga horária. O deputado Muggiati Filho defende a tese da lista uninominal, no que é apoiado pelo Deputados Enéas Faria e Accioly Neto. Tendo em vista, os inúmeros debates havidos em torno de certos artigos, encontram-se anexadas a esta Ata, para melhor esclarecimento, as notas taquigráficas da sessão. Em virtude do adiantado da hora e de não haverem chegado a um ponto comum sobre a redação de certos artigos e parágrafos, a reunião foi suspensa, ficando convocada outra para amanhã, sexta-feira, às 11 horas

Às onze horas do dia primeiro de outubro de hum mil novecentos e setenta e seis, no Gabinete do Deputado Jorge Sato, foram reiniciados os trabalhos da Comissão Especial para Estatuto do Magistério, sob a presidência do Deputado Jorge Sato e a presença dos Srs. Deputados Gilberto Carvalho, Muggiati Filho, Enéas Faria e Dácio Leonel, este, na qualidade de suplente do Deputado Basílio Zanusso que se encontra viajando. Compareceu ainda, o Deputado Accioly Neto. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, passando a palavra ao Deputado Gilberto Carvalho. O Deputado Gilberto inicia dizendo que graças à dedicação e zelo dos funcionários que estão trabalhando nesta Comissão poderá concluir seu Parecer em tempo hábil. Continuou, dizendo que em conversa com o Senhor Secretário da Educação e da Cultura, Professor Borsari Neto, este informou que há excesso de professores em alguns estabelecimentos e dificuldade para transferi-los, devendo pois ser tratado com muita atenção o problema da remoção. Deputado Enéas diz que continua defendendo a classe. Acredita no critério e bom senso do Professor Borsari Neto; mas que poderá surgir um Secretário arbitrário, gerando com a remoção ex-officio um problema insolúvel, principalmente na Capital, onde o número de professores é imenso. Acha a adoção desta medida - um retrocesso. Deputado Accioly, sugere que seja retirada a expressão “de um município para outro” do parágrafo único do artigo 50. Deputado Muggiati enfatiza que não deve haver remoção sem concurso. Deputado Gilberto Carvalho lê novamente o artigo tres redações diferentes, para que na próxima segunda-feira, seja votado em definitivo. Para tanto, o Senhor Relator comprometeu-se a manter contato com o Senhor Governador do Estado onde tentará encontrar uma solução comum, evitando assim, que o Estatuto sofra algum veto.

Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião, da qual eu na qualidade de Secretária lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária

Sala das Comissões, em 01 de outubro de 1976

JORGE SATO — Presidente

Elcy Silva Batista — Secretária.